Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico

Marcos Barreira

Doutor em Psicologia Social
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico

Resumo: O presente artigo é parte de um estudo mais amplo sobre as transformações recentes nos setores produtivos do campo brasileiro e suas consequências sociais e ecológicas. Além de elencar as modificações da estrutura agrária, faz-se um balanço das políticas de reforma agrária dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), analisando a reação dos movimentos populares, especialmente o Movimento Sem Terra (MST), à ofensiva do agronegócio e ao esvaziamento do debate sobre a justiça social no campo.

Palavras-chave: 1. Movimentos sociais; 2. Reforma agrária; 3. agronegócio.

Social Movimets and Agrarian Reform: a critical assessmet

Abstract: This article is part of a more comprehensive study about the recent transformations in the productive sectors of the Brazilian countryside and its social and ecological consequences. Besides mentioning the changes in the agrarian structure, it assesses the policy of agrarian reform of Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Rousseff (2011-2014) governments and analyzes the reaction of the people's movements, especially the MST (Landless Workers Movement), towards the offensive of the agribusiness and the increasing lack of content in the discussion on social justice in the countryside

Keywords: 1. Social movements; 2. Agrarian reform; 3. Agribusiness.

Na última década, o Brasil se tornou um dos maiores exportadores mundiais de commodities. O agronegócio passou a ser considerado por muitos analistas como um modelo de sucesso. No entanto, esse modelo não cessou de aprofundar as contradições na sociedade e gerar graves problemas ecológicos. O presente artigo busca mostrar como os movimentos sociais reagiram a essa situação e o que resta no debate de esquerda sobre o tema da reforma agrária.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o proeminente lugar do agronegócio na última década não resultou do desenvolvimento "natural" da economia. Essa tem sido uma opção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, aproveitando a conjuntura econômica internacional favorável, estimulou a produção agrícola baseada na grande propriedade e na alta tecnologia, em detrimento da produção para o mercado interno e da pequena propriedade. Ao invés de um programa que alterasse a estrutura fundiária do país, o governo do PT contribuiu para promover uma espécie de "modernização conservadora" no campo brasileiro.

Enquanto a absorção da agricultura pelo sistema industrial gera desemprego e miséria urbana, os agricultores que permanecem produzindo são cercados pelas monoculturas e têm suas opções reduzidas, como no caso da dependência em relação ao mercado de sementes e equipamentos. As grandes propriedades impõem determinados produtos e uma escala de produção que avança sobre o espaço das iniciativas autônomas. Essa pressão duplamente negativa da modernização capitalista do campo colocou os movimentos sociais de trabalhadores rurais em uma posição defensiva.

Desde o início do governo Lula, agravou-se a concentração de terras, de renda e de poder no campo brasileiro. Isso significa que o modelo agrário

continua a produzir trabalhadores "sem-terra".[1] No entanto, a quantidade de novos assentamentos diminuiu em relação aos governos anteriores.[2] Na última década, não só as populações continuaram a ser expulsas de suas terras, como também houve um aumento da violência no campo causada pelas expectativas em torno da vitória de Lula em 2002. O mesmo fator subjetivo que serviu para ampliar a mobilização popular, também provocou um aumento do temor dos ruralistas quanto a uma possível política distributivista no campo. Lula atuou como mediador dos conflitos e – em contraposição ao período anterior – o diálogo com os movimentos sociais foi ampliado.

No entanto, ao mesmo tempo em que reconhecia a legitimidade da luta pela reforma agrária, o governo se articulava para atender às reivindicações dos grandes produtores. Nesse aspecto, o "capital político" do PT junto aos movimentos populares foi bastante vantajoso para os representantes da modernização capitalista do setor agropecuário. Enquanto concentrava sua política de distribuição de terras na Amazônia Legal – para não realizar desapropriações nas áreas de concentração do agronegócio -, o governo liberava áreas de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a produção intensiva de soja em várias cidades do Mato Grosso e

1 Mesmo defensores dos governos liderados pelo PT, como Wladimir Pomar, reconhecem que "continua ocorrendo um constante e perverso processo de expropriação dos lavradores proprietários. Eles vêm perdendo seus imóveis, em virtude de dívidas bancárias e outros motivos, numa média de 100 mil a cada ano. Se aceitarmos que o governo assentou, entre 2002 e 2007, cerca de 350 mil sem-terra em novas propriedades, isso significa que, ao invés de diminuir, o número de sem-terra aumentou, nesse mesmo período, em cerca de 150 mil. Essa situação tende a enfraquecer a possibilidade de um abastecimento seguro de alimentos para o mercado interno brasileiro" (Pomar, 2009, p. 124).

2 Isso não impede que Pomar argumente em favor da incorporação dos movimentos populares do campo à lógica do negócio agrícola global numa duvidosa união: "Marcha-se para uma certa aliança, entre correntes contraditórias, de que é necessário incorporar à produção agrícola todas as forças possíveis, na perspectiva de aumentar substancialmente a produção de alimentos e de biocombustíveis. Isto introduz nas questões agrícola e agrária brasileiras elementos novos, criando uma situação que justifica o assentamento rápido dos 3 a 4 milhões de trabalhadores sem-terra". (2009, p. 117). Reciclando teorias modernizadoras sobre o caráter "progressista" da expansão da agricultura capitalista, Pomar afirma a atualidade de uma reforma agrária democrática contra o "subsistema do latifúndio improdutivo", isto é, uma reforma capaz de "desconcentrar e democratizar a parte não capitalista da estrutura agrária" (ibidem, p. 122). Em seguida, o autor em questão especula sobre a passagem da grande propriedade capitalista para uma estrutura de propriedade "social", de modo que esse processo ainda teria o mérito de criar as bases para a supressão da propriedade privada.

Rondônia. A atitude complacente em relação à "grilagem" das terras mostra que "a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa 'ajudar' o agronegócio" (OLIVEIRA, 2008).

Na Amazônia Legal a questão da "grilagem" é ainda mais complexa e se confunde com as "parcerias" que transformam assentamentos de reforma agrária em fornecedores da indústria madeireira. Aqui a postura do governo foi muito além da permissividade: seu objetivo era "legalizar a grilagem de mais de 182 milhões de hectares de terras públicas e devolutas, constitucionalmente da reforma agrária, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombolas e da proteção ambiental" (*idem*, 2006).

Desse modo, uma "reforma agrária" reduzida à colonização de terras baratas foi colocada a serviço do agronegócio, como também ocorre na relação entre os assentamentos rurais do Oeste paulista e os usineiros da cana-de-açúcar, igualmente sob a forma de "parcerias", para a produção do biodiesel. Seguindo essa orientação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou linhas de financiamento idênticas para projetos agroflorestais de assentamentos rurais com eucaliptos. A integração aos complexos agroindustriais "continua a fomentar o drama vivido pelas famílias, ocasionando distorção das perspectivas de cooperação comunitária, imposição de valores competitivos e danos ambientais" (FERRANTE; BARONE, 2011). Esse tipo de política, que tem dividido o Movimento dos Sem Terra (MST), elimina as práticas de diversidade de culturas e constrange os assentados a se tornarem fornecedores de matéria-prima para as fábricas e usinas, ou a ceder parcelas de seus lotes para as empresas encarregadas da produção.

Outra iniciativa do governo Lula, que figura entre as suas "grandes realizações", embora inacabada, é a chamada "transposição" do Rio São Francisco. Na realidade, o projeto consiste na integração desse rio que avança do semiárido às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. A obra, que compreende centenas de quilômetros de canais para a irrigação, contém todos os traços dos projetos faraônicos da era desenvolvimentista e só é comparável, em termos de impacto ambiental, à construção de grandes barragens. Ao seu modo, ela também indica a falta de compromisso com a reforma agrária: ao

invés de apostar nas obras de pequeno e médio porte, a baixo custo e sem impactos significativos – como o projeto P1MC[3] de captação de águas das chuvas- o governo optou pelos interesses das construtoras e das grandes monoculturas que já começaram a se desenvolver na região. Na Bahia, também governada pelo PT, onde a irrigação começou a funcionar, entende-se o porquê da grandiosidade do projeto: trata-se de viabilizar a escala da produção do agronegócio, beneficiando aqueles que concentram a propriedade da terra, mesmo com os custos sociais e ambientais implicados nessa alternativa. Desse modo, foi possível criar uma sólida base de sustentação política, sem ameaçar as estruturas locais de poder.

Tudo isso nos coloca diante do problema da pobreza no campo. Se as populações das áreas cobiçadas pela agroindústria capitalista continuam a ser deslocadas e se não há disposição de modificar a estrutura fundiária nem mesmo das regiões mais "atrasadas" em termos econômicos, antes se optando por transformá-las através do investimento estatal em novas áreas de alta produtividade reservadas ao agronegócio, resta saber como gerir a miséria rural e urbana provocada por esse modelo.

Como se sabe, a principal resposta do governo foi a adoção dos programas de transferência direta de renda para famílias em situação de extrema pobreza, principalmente nas áreas de concentração do agronegócio voltado para a

3 O projeto P1MC, que visa a criação de 1 milhão de cisternas de placas de cimento, foi iniciado em 2003 com financiamento do governo federal. Criado por uma rede de organizações da sociedade civil que atuam na região do semiárido, ele estimula a participação da comunidade em um esquema descentralizado de mutirão para a construção das cisternas familiares e capacitação da população envolvida para a gestão dos recursos hídricos. Em dez anos foram construídas mais de 400 mil cisternas. Ao longo desse período, o atraso no repasse de recursos foi frequente e o projeto sofreu uma mudança quando o Ministério da Integração Nacional passou a privilegiar a compra de cisternas de plástico polietileno, que duplicam os custos do projeto e rapidamente se degradam, sem falar na interrupção do processo de participação das famílias locais e na burocratização do processo de instalação, o que beneficia apenas os novos fornecedores.

exportação.[4] Com 11 milhões de famílias assistidas, o "Bolsa Família" – nascido no interior do programa Fome Zero – está enfraquecendo as bases da luta pela reforma agrária, que são recrutadas nas zonas rurais e nas periferias pobres das cidades. Depois da implantação dos programas sociais de renda mínima, o número de acampados que permanecem mobilizados caiu para menos da metade. Hoje o MST conta com cerca de 80 mil famílias acampadas, além do vínculo com centenas de milhares de assentados distribuídos pelo território nacional. Sua base social é constituída por famílias pobres, que não possuem alternativa imediata de sobrevivência a não ser a ocupação de terras.

Há quem afirme que não existe relação direta entre a diminuição continuada do número de ocupações e o "Bolsa Família", como se essa redução se devesse mais ao apoio dos movimentos sociais ao governo do que à desmobilização no campo. No entanto, a própria Direção Nacional do MST assegura que esse tipo de política tende a gerar apatia e acomodação nas famílias assistidas (STEDILE, 2008). É nas regiões que concentram a porção mais carente da população rural que se estabelece com mais força a relação entre pobreza e sujeição aos governos locais. Em tais circunstâncias, os programas de transferência direta de dinheiro tendem a se perpetuar, forjando novas relações de dependência.

A origem das lutas sociais protagonizadas pelo MST remonta ao final da ditadura militar. A estratégia usada pelo governo para acabar com a guerra pela

---

4 Naturalmente, não se trata de coincidência. O principal articulador político do agronegócio no período anterior ao governo Lula, Roberto Rodrigues, foi um importante idealizador da mudança recente do modelo agrário brasileiro. Para ele, o setor agropecuário possuía dois extremos: a agricultura de negócios, baseada na grande propriedade e ligada aos complexos agroindustriais; e a agricultura de subsistência, sem condições de concorrer no mercado. Entre elas, uma agricultura familiar com potencial competitivo a ser integrada. Na perspectiva de Rodrigues, a massa de pequenos proprietários e sem-terras teria que assumir "outras funções" na sociedade. Para reverter os efeitos de duas décadas de crise no campo essa massa seria subsidiada "franca e abertamente" pelo Estado, "por um período de duas gerações". (Rodrigues, 1998, p. 100). De presidente da Aliança Cooperativa Internacional, um organismo mundial com sede na Suíça, Rodrigues se tornou ministro da Agricultura do primeiro governo Lula, em 2003. Pensando a agricultura sob a ótica dos mercados internacionais, o novo governo começou a desenvolver um projeto abrangente que combinava desenvolvimento tecnológico, demandas externas e programas sociais para os desempregados do campo – exatamente o modelo propagado por Rodrigues no final dos anos 1990.

posse de terras foi esvaziar o conflito através da colonização de áreas remotas. Esses projetos atraíram trabalhadores rurais oriundos, em sua maior parte, da região do semiárido, que então passaram a viver das atividades temporárias disponíveis na nova fronteira agrícola.

Nos anos 1980, o ressurgimento da mobilização popular no campo – uma parte essencial da "redemocratização" – evidenciava o fracasso da colonização incentivada pelo governo. A maior parte dos trabalhadores que começavam a se organizar era formada por "posseiros" expulsos das terras por milícias rurais a serviço dos proprietários ou simplesmente pessoas "deslocadas" pelos projetos estatais de construção de barragens. Tanto a colonização quanto o processo de militarização do conflito, no início dos anos 1980, eram formas de contornar o problema da propriedade: "em nenhum país do mundo titulou-se tantas vezes o mesmo pedaço de terra. A julgar pelas escrituras registradas nos cartórios, a extensão territorial do Brasil está muito acima dos 8 milhões de quilômetros quadrados estabelecidos pelos acordos internacionais desde os tempos da colônia" (A ORDEM, 1980, P. 22-23).

De acordo com a mesma reportagem, confrontaram-se no campo brasileiro os proprietários apoiados em documentos falsificados e um "explosivo exército de agricultores sem-terra, estimado hoje em mais de 9,5 milhões de famílias" (*idem, ibidem*). O outro lado do conflito era a disputa judicial entre grandes proprietários:

> "a indefinição da propriedade gerou o comércio em larga escala de títulos de posse obtidos pelos mais variados expedientes. Estabelece-se uma espécie de corrida, geralmente entre os grandes e médios proprietários, na disputa por um mesmo lote: cada um aposta na validade de seu papel, muitas vezes auxiliado por 'forças de persuasão' formadas sobretudo por jagunços e autoridades locais sensíveis ao suborno" (*idem, ibidem*).

Com o tempo, a pacificação das disputas no interior das elites rurais fez com que as atenções se voltassem para o MST, que durante toda a década de 1990, período marcado pela crise do sindicalismo, atuou como uma espécie de vanguarda dos movimentos sociais. Não se pode esquecer que "a década de 1990 foi marcada por altos índices de violência contra os camponeses. De acordo com a CPT, houve 197 assassinatos de sem-terra entre 1997 e 2002 por

milícias financiadas por fazendeiros" (PESCHANSKI, 2008, P. 126).No período em questão, os movimentos "camponeses" pressionaram os governos e conseguiram arrancar algumas conquistas, angariando ampla base social. De qualquer forma, a maior parte dos assentamentos rurais que resultaram da mobilização popular foi feita em lugares de difícil acesso e sem assistência técnica adequada. Isto porque a distribuição de terras, além de insuficiente, foi apenas um meio para evitar os conflitos e não uma reforma da estrutura agrária que ampliasse a viabilidade econômica da agricultura familiar.

Levando em consideração os novos assentamentos e o modo de lidar com as alternativas populares ao agronegócio, pode-se dizer que, num primeiro momento, o governo Lula apenas deu continuidade ao programa "residual" da reforma agrária iniciado com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, já era possível constatar a falta de iniciativa em relação à Reforma. As primeiras reivindicações do MST frente ao novo governo, sempre identificado como aliado, diziam respeito à necessidade de reestruturação do Incra e à redefinição dos critérios de desapropriação das terras. Ao mesmo tempo, o movimento estimulou a ampliação dos acampamentos na beira das estradas como forma pacífica de pressão.

Em janeiro de 2003 foi estabelecido como meta o assentamento de mais de 10 mil famílias por mês. No entanto, as metas não foram cumpridas. O governo fechou o ano com apenas 14 mil famílias assentadas. Em parte, a responsabilidade por esses números coube à política de superávit do Ministério da Fazenda, que não liberou recursos.

A partir da elaboração do novo Plano Nacional de reforma agrária (PNRA), negociado com os movimentos e o núcleo de gestores da política econômica, que defendia metas muito mais modestas, ficou estabelecido um novo objetivo: 400 mil famílias entre 2004 e 2006. Novamente, os números ficaram abaixo do esperado. Para Oliveira (2010), "os resultados finais do II PNRA indicam que (...) havia apenas 163 mil famílias referentes aos assentamentos novos". Quanto à regularização fundiária, os números ficaram ainda mais distantes das metas negociadas. Para o autor, o não cumprimento das metas foi uma política deliberada do MDA/INCRA. Outros setores do governo, especialmente a equipe

econômica ligada ao modelo do agronegócio, pretendiam limitar ainda mais os recursos e o número de famílias. (OLIVEIRA, 2010, P. 308).[5]

Além disso, o desrespeito sistemático às leis trabalhistas e ambientais continuou a ocorrer sem que o governo assumisse uma postura firme para regular as relações no campo. As iniciativas pareciam se concentrar todas na redução da situação de miséria, que atingia preferencialmente um segmento desmobilizado da população. De acordo com João Pedro Stedile (2005), essa massa era composta por mais de quatro milhões de sem-terras, muito pobres e "pulverizados" nas fazendas do Nordeste e do Sul. Logo as ações de combate à pobreza alcançaram a base social dos movimentos sociais ou os segmentos que poderiam se organizar. As famílias acampadas nas estradas ou dispersas em áreas afastadas dos centros urbanos foram cadastradas e passaram a receber cestas básicas. Em muitas zonas rurais, o Bolsa Família se tornou a principal fonte de renda.

Diante desse quadro, o MST assumiu uma posição de defesa das políticas públicas emergenciais, mas não deixou de caracterizá-las como práticas assistencialistas. Um comunicado da Secretaria Nacional do Movimento sobre a política de transferência de renda afirma que

> "a solução para os trabalhadores rurais é a realização de uma reforma agrária Popular e um programa de agroindústrias em todas as cooperativas de assentamentos, para garantir a produção de alimentos para toda a população e a geração de renda para as famílias assentadas" (MST, 2009).

Na concepção do MST, a reforma agrária é uma alternativa de desenvolvimento nacional e não um instrumento compensatório ou uma luta corporativa dos trabalhadores rurais. As lideranças do MST avaliavam que o maior empecilho às mudanças estruturais no campo durante o governo Lula era a política econômica, sempre caracterizada como "neoliberal". Ao longo do primeiro mandato do presidente Lula, os movimentos criticaram a composição das alianças políticas do PT e continuaram a reivindicar um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e formação de mercado interno.

5 Sobre os números da reforma agrária nos primeiros anos do governo Lula ver Betto (2007, p. 368; p. 505).

Esse projeto, apresentado como um contraponto à "hegemonia conservadora" no governo, baseava-se no pensamento desenvolvimentista latino-americano das décadas de 1950-1960.

Em resumo, o que estava em questão não era apenas a reivindicação de mais recursos para a reforma agrária, mas um projeto nacional com uma clara compreensão do antagonismo entre a situação periférica do Brasil na economia mundial e a perspectiva da reforma. Do ponto de vista do MST, essa compreensão exigia outro modelo de organização da produção: "O governo precisaria pensar uma política mais estável, que de fato priorize a organização de toda a produção agrícola, baseada na pequena e média agricultura. Os grandes produtores, autossuficientes no agronegócio, que se virassem no mercado" (STEDILE, 2006).

A reivindicação de uma política orientada para os pequenos e médios produtores, aliada à luta contra os transgênicos, constituía um projeto em defesa da "segurança alimentar", ameaçada pelo latifúndio e pelo agrocapitalismo global. Mas, ao contrário das expectativas dos movimentos sociais, o governo agia primordialmente em favor dos grandes proprietários e do capital transnacional. Também as desapropriações foram caindo ano após ano: "Em 2007, o total desapropriado foi pífio: apenas 107 mil hectares, sem contar outros 166 mil hectares referentes a processos concluídos em dezembro. Ainda assim, muito aquém dos 555 mil de 2006, ou dos 977 mil de 2005" (ATHAYDE; MARTINS, 2008).Em 2008, o número de famílias assentadas foi ainda menor em comparação com o ano anterior (NÚMEROS, 2008).

No segundo mandato era grande o descontentamento dos movimentos aliados face às posições do governo na questão agrária. Para Oliveira (2007), "o MST detectou corretamente que o governo atual apoia o agronegócio". As lideranças do movimento reconheciam que, no governo Lula, a reforma agrária havia saído da pauta. No entanto, essa conclusão não foi suficiente para que retirassem seu apoio ao governo. Essa contradição pode ser explicada em função da conjuntura de crescimento do emprego e da renda, verificada a partir de 2006.

Esse período de crescimento foi interpretado pela maioria da Direção Nacional do MST, bem como pela maior parte da esquerda brasileira, como

sendo o produto de uma postura "neodesenvolvimentista" adotada pelo governo – ainda que não fique claro no discurso dessas lideranças em qual momento se deu a alegada ruptura com o "neoliberalismo". Na avaliação do MST, o fortalecimento do agronegócio decorre das alianças conservadoras as quais o PT se submeteu. A "composição de classe" do governo (fala-se com frequência do "apoio de uma fração da burguesia") forçou sua ala progressista a rejeitar o modelo de agricultura baseado na pequena e na média propriedade. O caráter "pós-neoliberal" (é assim que um segmento da esquerda governista trata o lulismo) da administração petista se deve à recuperação dos investimentos estatais nos setores produtivos e aos programas de transferência de renda.

Assim, nos últimos anos, várias lideranças do MST substituíram a crítica do modelo econômico por uma crítica mais localizada do modelo agrícola vigente. Para esses críticos, a conjuntura inaugurada em 2006 (e de forma ainda mais evidente durante a crise financeira de 2008) seria marcada pela contradição entre a orientação geral "neodesenvolvimentista" e um modelo agrícola de caráter conservador. O limite dessa crítica é dúplice: para além das interpretações acerca de um desenvolvimento distributivista, o caso é que a expansão da economia encontra no agronegócio exportador um dos seus pilares, de modo que não é possível separá-los como se houvesse mais antagonismo do que convergência entre o investimento estatal "produtivo" e a exportação de *commodities*. Pode-se dizer até mesmo que o modelo em questão foi pensado a partir da vinculação com a plataforma exportadora do agronegócio e não "apesar" dela.

Outro limite desse tipo de avaliação é a oposição entre capital produtivo e capital financeiro (expressão que, na maioria das vezes, pretende designar o rentismo e a especulação), tendo em vista que o assim chamado "neodesenvolvimentismo" se baseia na dilatação do crédito ao consumo, o que converte em ideologia a pregação em nome dos setores "produtivos" contra o capital que rende juros. É verdade que essa crítica limitada aos mecanismos de financiamento se deve às dificuldades de aquisição de crédito por parte dos pequenos produtores, que tem menor capacidade de investimento. Nesse sentido, ela não deixa de refletir um problema real. Podemos acrescentar ainda que, em tese, a "reforma agrária popular", defendida por figuras representativas como Stedile, não está muito distante das especulações de Pomar sobre o

desenvolvimento do capitalismo nacional – com a diferença de que este empurra o problema da socialização para um futuro distante, numa conjuntura puramente imaginária, enquanto, aqui e agora, a propriedade capitalista da terra destrói as bases da sobrevivência dos pobres do campo. Já os ideólogos do MST não podem passar ao largo dos problemas imediatos da população rural. Por isso, o discurso pró-desenvolvimento entra em contradição com as demandas do movimento.

Enquanto os governos encabeçados pelo PT se apoiam no latifúndio exportador e executam as políticas sociais idealizadas pelos representantes deste setor, os movimentos sociais – com o MST à frente – continuam a defender a bandeira da modificação das estruturas agrária e fundiária visando a redução dos custos dos alimentos e a proteção de rios e florestas. Também aqui uma posição coerente de defesa da segurança alimentar, do cooperativismo e da viabilidade socioambiental da agricultura só pode conduzir à crítica do modelo de "desenvolvimento" atual.

O crescimento das monoculturas de exportação pode ser comparado a um "novo ciclo" – ainda que efêmero – da economia brasileira. Seu impacto sobre a estrutura social é literalmente devastador. A mistura de concentração da propriedade e mecanização intensiva resulta obrigatoriamente na expulsão da mão-de-obra do campo, isto é, na ampliação do número de pessoas "sem-terra" e sem emprego. É um crescimento sem desenvolvimento.

No entanto, assistimos durante a última década ao esvaziamento do debate sobre a reforma agrária e à restauração oportunista da tese da vocação agrícola do Brasil. Muitos sustentam que a reforma agrária envelheceu, que não cabe mais distribuir a terra, mas garantir uma condição digna para os agricultores que permanecem "com terra". Argumenta-se que novos assentamentos estariam fadados ao fracasso econômico e que nem mesmo o número crescente de famílias expulsas do campo justifica uma mudança de rumo. Ao mesmo tempo, o agronegócio – por maiores que sejam as catástrofes socioambientais que ele engendra – foi elevado à condição de modelo. O ex-presidente Lula tratou os usineiros do setor sucroalcooleiro como "heróis", enquanto Roberto Rodrigues apresenta os grandes produtores do Cerrado como exemplo de sustentabilidade e uma senadora ruralista se vangloria da produção de alimentos envenenados

para a população de baixa renda. Ainda mais arrebatador é o elogio que se pode ler na página da Embrapa, segundo o qual a soja é responsável por nada menos que a implantação de uma "nova civilização no Brasil Central".[6]

O desafio imediato para os movimentos sociais e para o pensamento de esquerda é recolocar em pauta o sentido da produção e o combate à concentração de poder, contra a ideia de que é possível ampliar indefinidamente – e com efeitos colaterais desastrosos – a produtividade agroindustrial. Se os assentamentos rurais não se desenvolvem por falta de investimento em uma cadeia alternativa de produção, isso pode apenas significar que eles não serão integrados nos termos atuais e consequentemente a pauta da reforma agrária se mantém viva. Além do mais, a distribuição de terras pode ser considerada, por si só, desconcentração de poder. Trata-se apenas de um primeiro passo para mudar a relação entre produção e consumo – e a própria relação cidade-campo. Não se pode imaginar a criação de novas estruturas de organização da produção agrícola, e o controle das suas etapas e da tecnologia empregada, bem como a integração do cultivo do solo a outras esferas da vida social, sem que esse passo seja dado. Só assim será possível pensar um projeto agrícola voltado para as necessidades sociais ao invés do mercado.

Não é o caso de incorporar a produção familiar aos segmentos produtivos, mas de fortalecer o seu papel na reprodução social, ainda que ela permaneça secundária em termos econômicos. Esse tipo de "socialização" nada tem a ver com uma simples eliminação da propriedade jurídica da terra na qual os produtores continuam dependendo do Estado para se apropriar dos recursos. O que está em questão é a subordinação da produção a uma racionalidade diferente, baseada na cooperação e na sensibilidade ambiental, ou seja, num novo modo de conviver e produzir.

---

6 Cegos aos efeitos dessa "nova civilização", aqueles que protestam contra as "utopias distributivistas" são, para usarmos uma expressão de Günther Anders, "utopistas invertidos". "O dilema básico de nossa era é que 'somos menores do que nós mesmos', incapazes de realizar mentalmente as realidades que nós mesmos produzimos. Portanto, podemos chamar a nós mesmos de 'Utopistas invertidos': enquanto os Utopistas comuns são incapazes de produzir de fato o que são capazes de imaginar, nós somos incapazes de imaginar o que estamos de fato produzindo" (Anders, 2013).

Referências bibliográficas

ANDERS, Günther. Teses para a Era Atômica. *Sopro*, n. 87, abr., 2013. Disponível em: http://bitly.com/1sagSOO

A ORDEM subvertida. *Veja*, São Paulo, 13 fev. 1980, P. 20-25.

ATHAYDE, Phydia de; Martins, Rodrigo. Por que não anda a reforma agrária? *Carta Capital*. 31 jan., 2008. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/5303

BETTO, Frei. *Calendário do poder*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

FERRANTE, Vera Lucia Silva Botta; BARONE, Luís Antonio. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. *Sociologias,* v. 13, n. 26, p. 262-305, 2011.

MST. Posição sobre a inclusão de acampados no Bolsa Família. 6 jul., 2009. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/6873

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. Conferência Internacional sobre reforma agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR-FAO), Porto Alegre, 2006.

_____. Sem enfrentamento, não há reforma agrária. *Correio da Cidadania*. 23 mai, 2007. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/4175

_____. Lula dá adeus à reforma agrária**.** *Brasil de Fato*, 22 dez., 2008.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In BECKER, B. K. (ed.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NÚMERO de famílias assentadas cai 68% em comparação a 2007. *O Estado de S. Paulo*, 18 nov. 2008. Disponível em: http://bit.ly/1uVF3mb

PESCHANSKI, João Alexandre. "A construção do socialismo sem-terra". *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo: n. 11, p. 121-128, 2008.

POMAR. Wladimir. *Os latifundiários. São Paulo*: *Página* 13, 2009.

RODRIGUES, Roberto. Política no prato. *Globo Rural*, n. 157, p. 99-100, nov. 1998.

STEDILE, João Pedro. "sociedade em crise". Entrevista aos jornalistas Luiz Gonzaga Belluzzo, Mino Carta e Sergio Lirio. *Carta Capital*, São Paulo, 21 de set., 2005. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/1841

_____. A crise na agricultura brasileira. 2006. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/1865

_____. Stedile vê contra-reforma agrária no país. *Estado de São Paulo*, 27 fev., 2008. Disponível em: http://bit.ly/1FNhfJT